

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Números – Cadastro Único



Famílias cadastradas

BRASIL

42,2 milhões



Pessoas cadastradas

BRASIL

94,7 milhões

(média 2,26 pessoas)



AVERIGUAÇÃO UNIPESSOAL

8.219.835 (BRASIL)



Postos de cadastramento

12 mil (BRASIL)



Entrevistadores/Operadores

50 mil (BRASIL)

2.865 (Ceará)



BRASIL

População

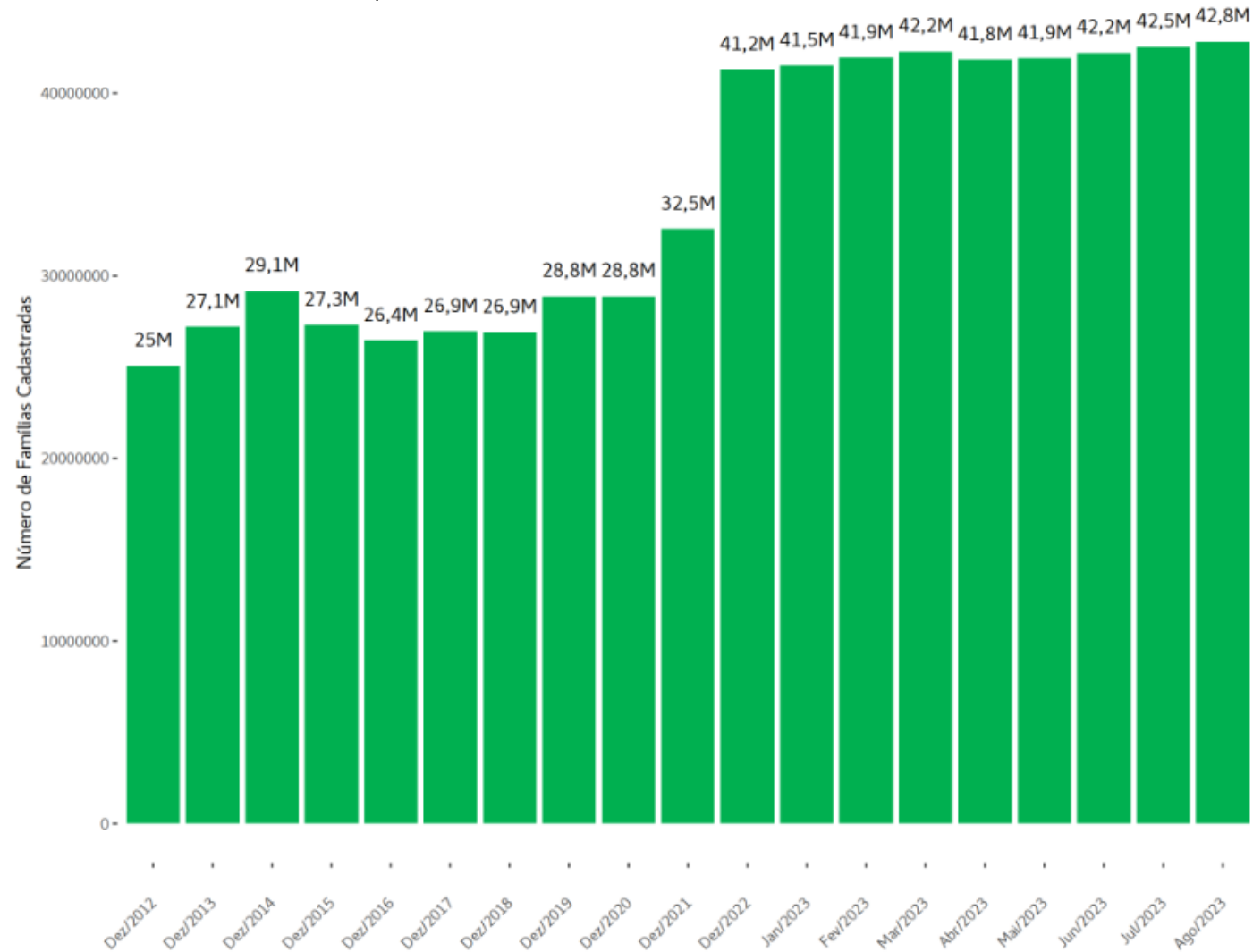
203 milhões

Fonte: Estimativa IBGE/08/2023



Evolução do Cadastro Único

Evolução das famílias cadastradas – Brasil, 2012 a 2023



Fonte: SAGICAD/MDS ref



Ações de atualização e qualificação do Cadastro Único em 2023

Averiguação de renda

- Visa a esclarecer divergências entre as rendas declaradas pelas famílias e a renda constante do CNIS, com a correção dos registros pelas famílias.

Averiguação de registros unipessoais

- Visa a corrigir os registros unipessoais das famílias que se cadastraram indevidamente dessa forma

Integração Cadastro Único x CNIS

- Novo processo para correção automatizada de divergências de renda das famílias (povoamento de bases e interoperabilidade entre sistemas)

Revisão cadastral

- Visa a corrigir cadastros desatualizados, com prioridade para os de 2016 a 2019



Averiguação de renda

AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CADASTRAL	O QUE É?	PÚBLICO-ALVO	REPERCUSSÕES	O QUE FAZER?
Averiguação de renda	Comparação entre a renda declarada pela família ao Cadastro Único e a renda de outras bases de dados ou registros administrativos, como o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS.	Famílias do Bolsa Família com renda familiar p.c. (recalculada a partir dos dados do CNIS) acima de ½ s.m. (R\$ 651) Famílias não beneficiárias do Bolsa Família com renda familiar p.c. (recalculada a partir dos dados do CNIS) acima da linha da pobreza (R\$ 210). Casos identificados pela CGU	Famílias com dados inconsistentes podem: <ul style="list-style-type: none">• ser impedidas de ingressar nos programas sociais usuários;• sofrer repercussões dos programas, como bloqueio e cancelamento de benefícios.	<p>A família deve atualizar seu cadastro junto à rede de atendimento municipal.</p> <p>Em nova comparação entre bases, o MDS poderá verificar que não existe mais diferença entre os dados do Cadastro Único e do registro utilizado para avaliação da consistência dos dados.</p> <p>Atentar para os casos de pessoa excluída ou transferida de família</p>

Averiguação Renda – Novidade

- Novo prazo para exclusão lógica: **partir de dezembro de 2023**, considerando que a maior parte dos registros foi regularizado em função da integração realizada entre Cadastro Único e CNIS, conforme previsto na Instrução Normativa nº 1/SAGICAD/MDS, de 02 de junho de 2023.

Revisão cadastral

AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CADASTRAL	O QUE É?	PÚBLICO-ALVO	REPERCUSSÕES	O QUE FAZER?
Revisão cadastral	Processo anual de identificação de registros desatualizados, ou seja, famílias que atualizaram o cadastro pela última vez há mais de dois anos. Visa a convocar as famílias para atualizar seus registros	Última atualização cadastral em 2016 ou 2017 NOVO: última atualização cadastral em 2018 ou 2019	Famílias com dados desatualizados podem: <ul style="list-style-type: none">• ser impedidas de ingressar nos programas sociais usuários;• sofrer repercussões dos programas, como bloqueio e cancelamento de benefícios.	A família deve atualizar seu cadastro junto à rede de atendimento municipal.

Revisão cadastral – Novidade

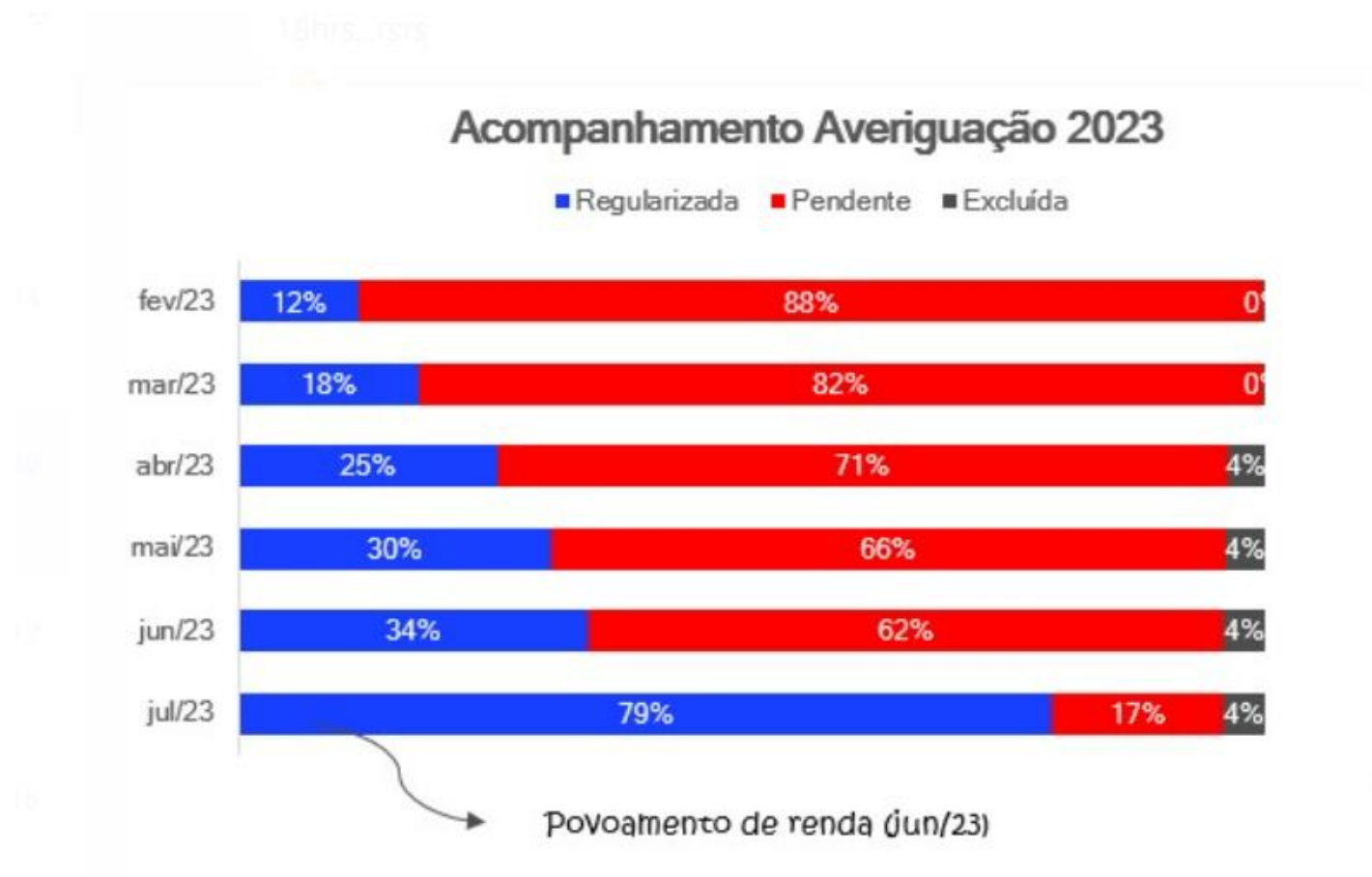
PROCESSO	GRUPO	INCONSISTÊNCIA	CRITÉRIOS
REV23	SET/23	Público 2	Cadastros desatualizados há mais de cinco anos - data da última atualização em 2018 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) ou Benefício de Prestação Continuada (BPC).
REV23	SET/23	Público 3	Cadastros desatualizados há quatro anos - data da última atualização em 2019 - Famílias beneficiárias do PBF, TSEE ou BPC.
REV23	SET/23	Público 4	Cadastros desatualizados há mais de quatro anos - com data da última atualização em 2019 ou anterior - Famílias não beneficiárias de programas sociais.

Integração Cadastro Único x CNIS

AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CADASTRAL	O QUE É?	PÚBLICO-ALVO	REPERCUSSÕES	O QUE FAZER?
Integração Cadastro Único x CNIS	Processo de integração de dados de renda do CNIS em pessoas cadastradas e identificadas com renda de emprego ou benefícios, desde que a renda da pessoa no CNIS seja maior do que a registrada no Cadastro Único	Pessoas cadastradas e identificadas no CNIS com renda de emprego ou benefícios Novo povoamento previsto para outubro/2023	Recálculo de renda familiar: <ul style="list-style-type: none">• sofrer repercussões dos programas, como entrar em regra de proteção ou cancelamento de benefícios.	Município deve seguir as instruções da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/SAGICAD/MDS, DE 02 DE JUNHO DE 2023 , em casos em que a família solicite alterar a renda povoada. Para casos em que a família solicite excluir a pessoa com renda povoada, recomenda-se visita domiciliar.

Integração Cadastro Único x CNIS

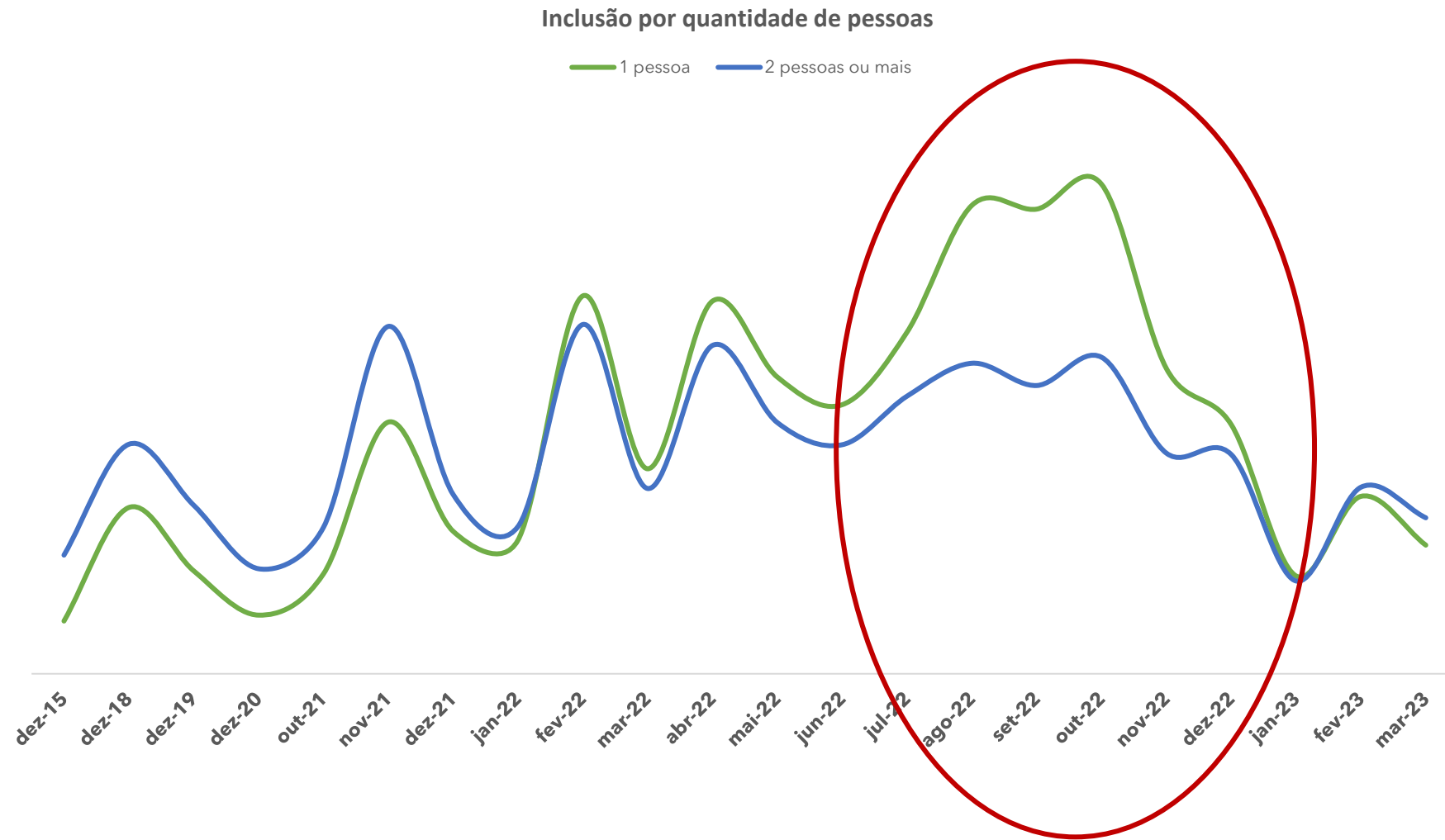
- 18 milhões de pessoas tiveram dados de renda povoados em junho/23
- 15 milhões de famílias com renda atualizada ou corrigida



Averiguação unipessoais

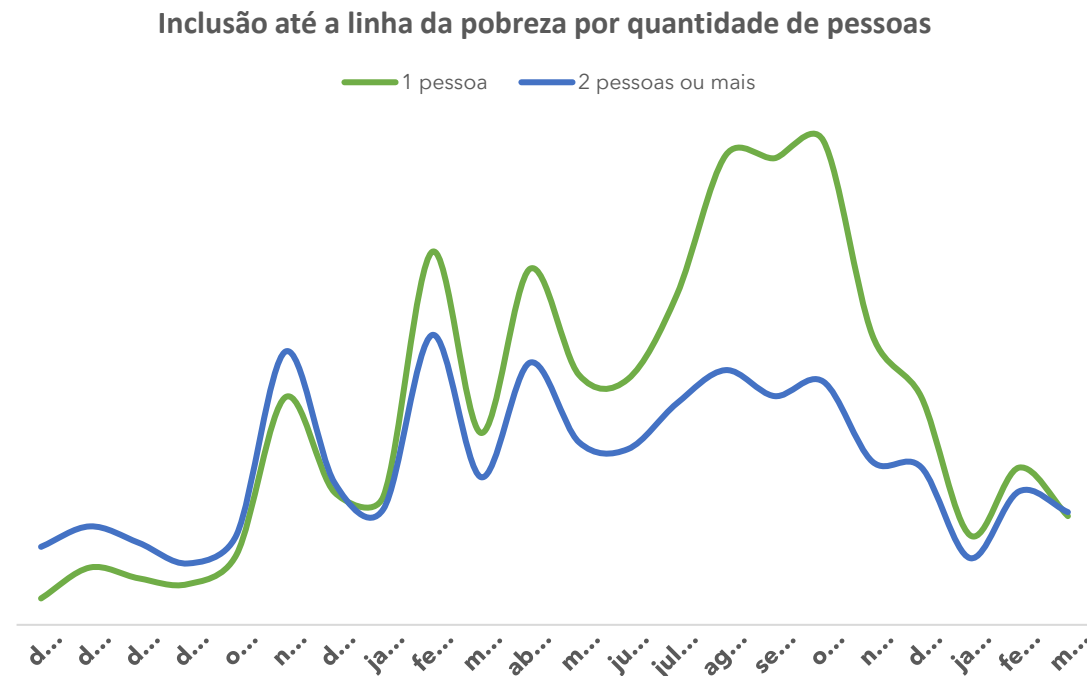
AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CADASTRAL	O QUE É?	PÚBLICO-ALVO	REPERCUSSÕES	O QUE FAZER?
Averiguação de registros unipessoais	Análise da base do Cadastro Único para identificação de registros unipessoais indevidos/incorretos	Famílias unipessoais, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo no Cadastro Único, excetuadas as famílias: cadastradas por Responsável Legal (RL); moradoras de domicílio coletivo; com pessoas em situação de trabalho infantil; com pessoas resgatadas do trabalho análogo ao de escravo; indígenas; quilombolas; catadores de material reciclável; com pessoa em situação de rua; com beneficiários do BPC; convocadas na Averiguação Unipessoal 2022, mas regularizadas.	Famílias com dados inconsistentes podem: <ul style="list-style-type: none">• ser impedidas de ingressar nos programas sociais usuários;• sofrer repercussões dos programas, como bloqueio e cancelamento de benefícios.	A família deve atualizar ou corrigir seu cadastro junto à rede de atendimento municipal. NOVO: obrigatoriedade de Upload, no Sistema de Cadastro Único, do documento identificação com foto e Termo de Responsabilidade assinado para todos os registros de famílias unipessoais cadastrados ou atualizados a partir de 31 de julho de 2023.

Percentual de famílias no Cadastro Único por composição familiar – Brasil, 2012-2023



Registros unipessoais no Cadastro Único - Evolução

- O mês de março foi o primeiro, desde janeiro de 2022, que entraram no Cadastro Único, em número absoluto, mais famílias do que registros unipessoais;
- E, também em março, essa entrada de cadastros unipessoais já foi 66% menor do que a média verificada em 2022, ano em que chegaram a entrar quase 500 mil cadastros unipessoais num único mês;



Alteração Portaria nº 810/2022

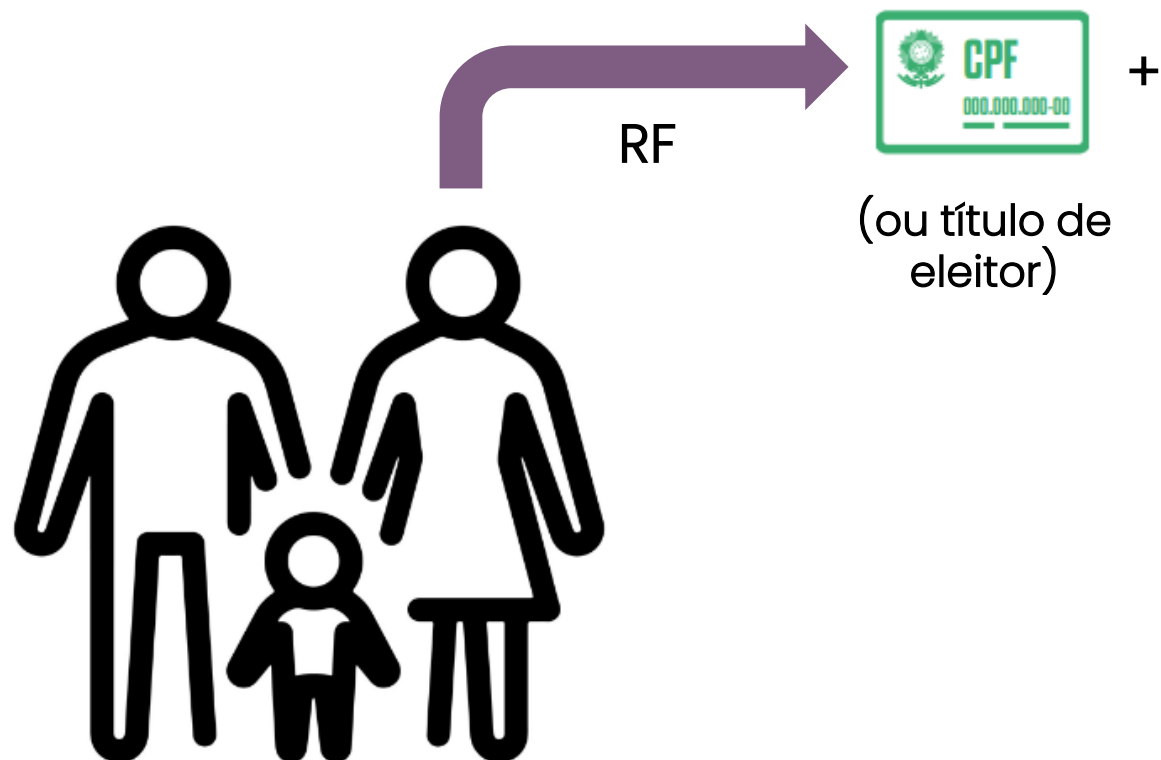
- RESPONSÁVEL FAMILIAR: documentos obrigatórios
 - CPF, de preferência; ou
 - Título de Eleitor;
 - **NOVO**: documento de identificação com foto; e
 - **NOVO**: comprovante de endereço ou, na falta deste, [declaração de residência](#) assinada pelo RF.
- REPRESENTANTE LEGAL: documentos obrigatórios
- Do RL:
 - CPF; e
 - Documento comprobatório da representação legal.
- Da pessoa representada:
 - CPF, de preferência; ou
 - Título de Eleitor;
 - **NOVO**: documento de identificação com foto; e
 - **NOVO**: comprovante de endereço ou, na falta deste, [declaração de residência](#) assinada pelo RL.

Regras de documentação de pessoas em situação de rua e famílias indígenas e quilombolas não sofreram alteração.

Consulte o Informe nº 9 • 22 de junho de 2023.

Alteração Portaria nº 810/2022

Novidade



Nada mudou no cadastramento dos outros membros da família (podem continuar apresentando os mesmos documentos, preferencialmente com o nº do CPF)

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo: 1 - Nascimento 2 - Casamento 3 - Certidão Administrativa de Registro do Indígena (RAIRI) de Nome

1 - Nome da certidão

2 - Data de registro: Dia ____ Mês ____ Ano ____

3 - Nome do filho: Dia ____ Mês ____ Ano ____

4 - Número da folha: 1 - Número do termo/RAIRI

5 - Matricula

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número: Dia ____ Mês ____ Ano ____

2 - Complemento

3 - Data da emissão: Dia ____ Mês ____ Ano ____

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número: Dia ____ Mês ____ Ano ____

2 - Série

3 - Data da emissão: Dia ____ Mês ____ Ano ____

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor com DV

1 - Número: Dia ____ Mês ____ Ano ____

2 - Zona

3 - Seção

Qualquer um dos documentos do Formulário:

- ✓ Certidão de nascimento ou casamento;
- ✓ CPF;
- ✓ RG;
- ✓ Carteira de Trabalho;
- ✓ Título de eleitor.

Alteração Portaria nº 810

- O documento de identificação com foto poderá ser o mesmo documento contendo o número do CPF ou do Título de Eleitor ou um documento adicional;
- O comprovante de endereço pode ser uma conta de luz, água ou outra;
- Caso o comprovante de endereço não esteja no nome do Responsável Familiar ou da pessoa representada pelo Representante Legal ou de um componente familiar, deverá ser apresentada declaração de residência assinada pelo RF ou RL;
- Se a família não tiver comprovante de endereço, esse pode ser substituído por declaração de residência assinada pelo RF ou RL.

Regras de documentação de pessoas em situação de rua e famílias indígenas e quilombolas não sofreram alteração.

Alteração Portaria nº 810/2022 – Registros unipessoais

- RESPONSÁVEL FAMILIAR: documentos obrigatórios
 - CPF, de preferência; ou
 - Título de Eleitor;
 - NOVO: documento de identificação com foto;
 - NOVO: comprovante de endereço ou, na falta deste, declaração de residência assinada pelo RF; e
 - **NOVO**: Termo de Responsabilidade;
- REPRESENTANTE LEGAL: documentos obrigatórios
- Do RL:
 - CPF; e
 - Documento comprobatório da representação legal;
 - **NOVO**: Termo de Responsabilidade;
- Da pessoa representada:
 - CPF, de preferência; ou
 - Título de Eleitor;
 - NOVO: documento de identificação com foto; e
 - NOVO: comprovante de endereço ou, na falta deste, declaração de residência assinada pelo RL.

Procedimentos não se aplicam para população em situação de rua, indígenas e quilombolas

ANEXO II
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____
_____, CPF _____, ou Título de Eleitor
_____, declaro, sob as penas da lei, que moro sem
nenhuma outra pessoa de minha família no domicílio de endereço

_____ indicado no Cadastro Único.

Declaro ter clareza de que:

- É crime de falsidade ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal, deixar de declarar informações ou prestar informações falsas para o Cadastro Único, com o objetivo de participar ou de se manter no Programa Bolsa Família ou em qualquer outro programa social.
- É de responsabilidade do Responsável pela Unidade Familiar apresentar dados referentes a TODAS as pessoas da sua família, conforme art. 3º, inciso I, do [Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022](#).
- A qualquer tempo poderei ser convocado pelo município ou por órgãos federais de controle e fiscalização, para avaliar se as informações que prestei ao Cadastro Único estão de acordo com a realidade.
- A prestação de informações falsas ao Programa Bolsa Família é motivo de cancelamento do benefício, e pode gerar processo administrativo para ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, nos termos do art. 18 da Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. Pode também ocasionar processo penal e cível nos termos da legislação geral brasileira.

Local e data

Assinatura do(a) Responsável pela Unidade Familiar

ANEXO II DA [INSTRUÇÃO](#)
[NORMATIVA CONJUNTA](#)
[SAGICAD/SENARC/SNAS Nº 4,](#)
[DE 14 DE JUNHO DE 2023](#)

Registros unipessoais – Procedimentos no Sistema de Cadastro Único

LEGISLAÇÃO

Portaria nº 810, de 14 de setembro de 2022:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portaria/portaria-mc-no-810-de-14-de-setembro-de-2022>

Instrução Normativa Conjunta SAGICAD/SENARC/SNAS/MDS nº 4, de 14 de junho de 2023:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes/instrucao-normativa-conjunta-sagicad-senarc-snas-mds-no-4-de-14-de-junho-de-2023-reedicao>

FAQ

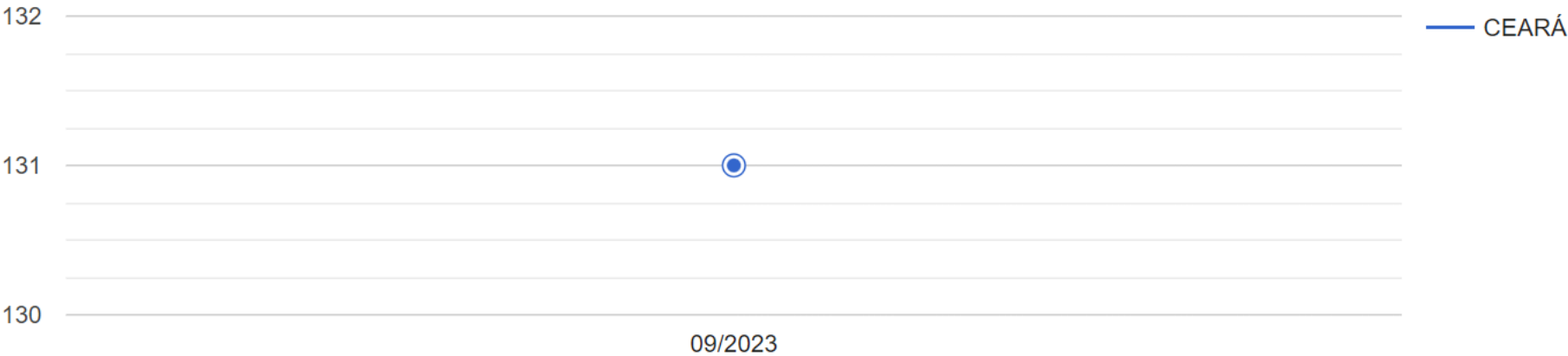
https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas_frequentes/faq-2013-gst-novas-orientacoes-sobre-documentacao-e-novos-procedimentos-para-cadastramento-de-familias-unipessoais

Registros unipessoais cadastradas – CEARÁ

ESTADO	QTD MUNICÍPIO	QTD Famílias			%	QTD Municípios
		Unipessoais	Total Cadastro	% Unipessoais no Cadastro		
Ceará	184				0 - 10	0
					11 - 20	18
					21 - 30	92
					31 - 50	72
					Acima de 50	2
					TOTAL	184
		824.316	2.533.376	33%		

Percentual de famílias unipessoais atendidas no Programa Bolsa Família

Municípios com 16% ou mais de famílias unipessoais beneficiárias



PROCAD-SUAS 2023

Estratégia emergencial, com abrangência nacional, pactuada entre os entes federados, que visa:

- ✓ ao fortalecimento da capacidade de gestão municipal e estadual do Cadastro Único, com a retomada do diálogo com estados e municípios para a efetivação do pacto federativo na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- ✓ à recuperação e qualificação do Cadastro Único, para corrigir distorções e alcançar famílias vulneráveis elegíveis ao Bolsa Família que estão sem acesso ao programa e a outras ações nos três níveis de governo; e
- ✓ à ampliação e aprimoramento da comunicação com as famílias cadastradas e a população em geral sobre o Cadastro Único e o Bolsa Família.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PACTUAÇÃO – PROCAD-SUAS 2023

Pactuação com
estados, municípios
e DF

Estratégia emergencial, com abrangência nacional, instituída pelo CNAS e pactuada entre os entes federados:

- ✓ Resolução CNAS/MDS nº 96, de 15 de fevereiro de 2023, aprovada
- ✓ durante a 314ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional
- ✓ de Assistência Social (CNAS);
- ✓ Resolução MDS-CIT nº 1, de 07 de fevereiro de 2023, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT); e
- ✓ Portaria MDS nº 871, de 29 de março de 2023.
- ✓ Guia de orientações para estados e municípios.
- ✓ Eventos com estados e municípios, mesas técnicas, encontros, etc.
- ✓ Informes Cadastro Único

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PROCAD-SUAS 2023 – Execução Municípios CE

UF	COD IBGE	UF/Regiões	QTD TOTAL MUNICIPIOS	QTD MUNICÍPIOS QUE UTILIZARAM RECURSOS PROCAD					% DE MUNICÍPIOS QUE UTILIZARAM				
				ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
CE	230000	Ceará	184	9	27	34	51	67	5%	15%	18%	28%	36%

SALDO EM CONTA - TOTAIS - MUNICÍPIOS

UF	COD IBGE	UF/Regiões	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
CE	230000	Ceará	R\$ 8.806.455,27	R\$ 8.648.466,00	R\$ 8.575.774,00	R\$ 8.175.290,08	R\$ 7.642.326,65



PROCAD-SUAS 2023: repasse emergencial de recursos

Os recursos foram repassados em parcela única na modalidade fundo a fundo, em contas específicas



CrITÉRIOS de partilha:

- piso mínimo de R\$ 12 mil para municípios e de R\$ 100 mil para estados
- proporção da quantidade de cadastros unipessoais a serem tratados no processo de qualificação do Cadastro Único em 2023;
- adicional de R\$ 10 milhões para estados e municípios da Amazônia Legal;
- adicional de mais R\$ 10 milhões para municípios da Amazônia Legal em áreas rurais, conforme classificação dos espaços rurais e urbanos e dos graus de urbanização do IBGE.

Elegibilidade ao financiamento federal para os entes subnacionais que:

- atendam às condições de repasse de recursos na modalidade fundo a fundo, conforme o art. 30 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOAS) e a Portaria MC nº 109, de 22 de janeiro de 2020; e
- tenham aderido ao Termo de Adesão ao Cadastro Único, conforme Portaria MC nº 773, de 05 de maio de 2022.

PROCAD-SUAS 2023

Pactuação com
estados, municípios
e DF

Linhas de Ação

1. Atualização e regularização de cadastros unipessoais que sejam públicos das Ações de Qualificação do Cadastro Único conforme listagens enviadas pelo MDS aos municípios; e
2. Busca ativa de famílias pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) , em especial população em situação de rua e povos indígenas. Pessoas idosas, pessoas com deficiência; e crianças em situação de trabalho infantil também são públicos prioritários do Programa.

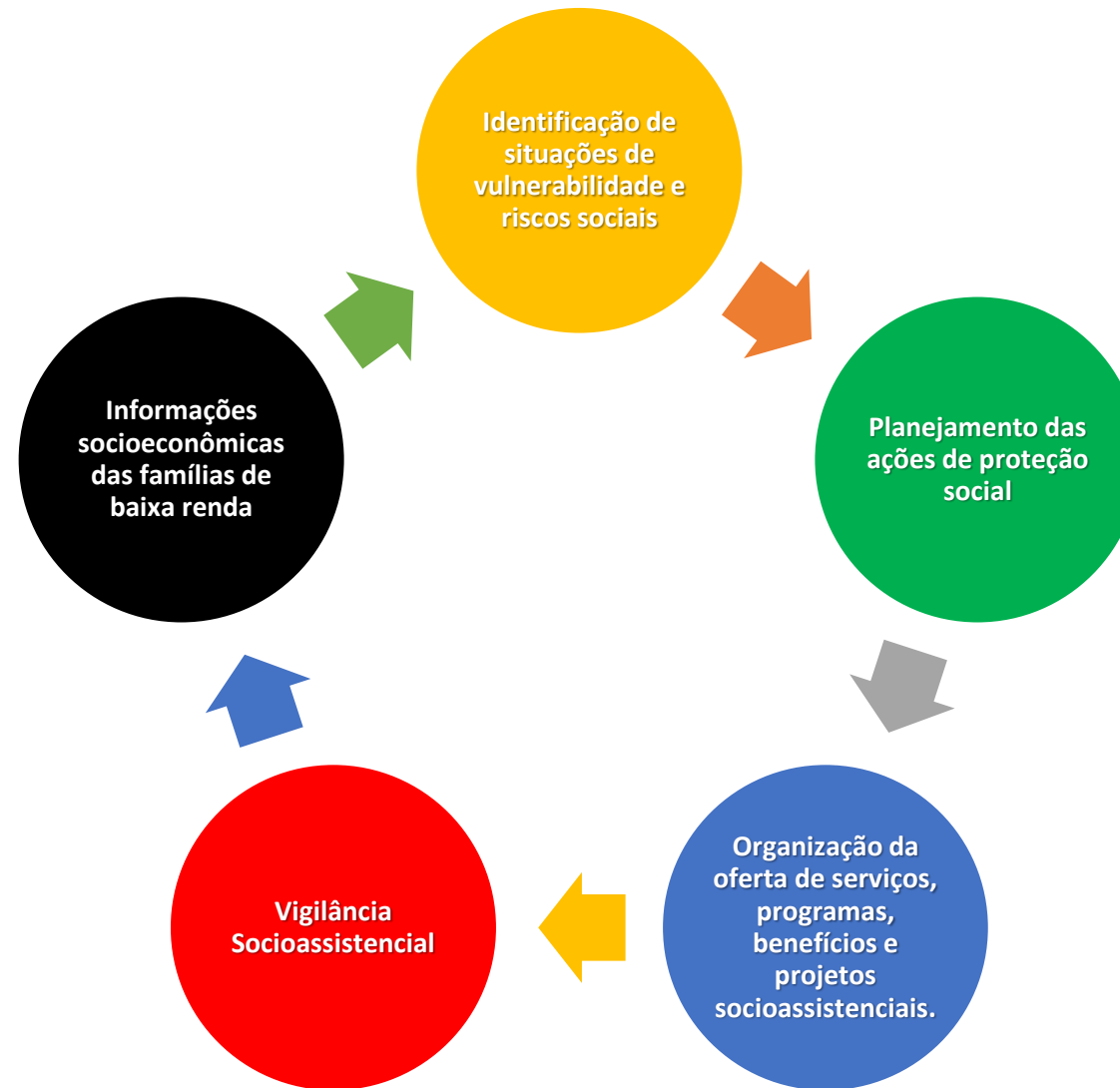


Busca Ativa

Visa a cadastrar quem mais precisa, com enfoque nas famílias pertencentes aos **Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE**, em especial a população em situação de rua, povos indígenas, os idosos, as pessoas com deficiência e as crianças em situação de trabalho infantil.

Decreto nº 11.016/2002 e Portaria MC nº 810/2022

V – grupos populacionais tradicionais e específicos – grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no Cadastro Único.



O que é Busca Ativa para o Cadastro Único?



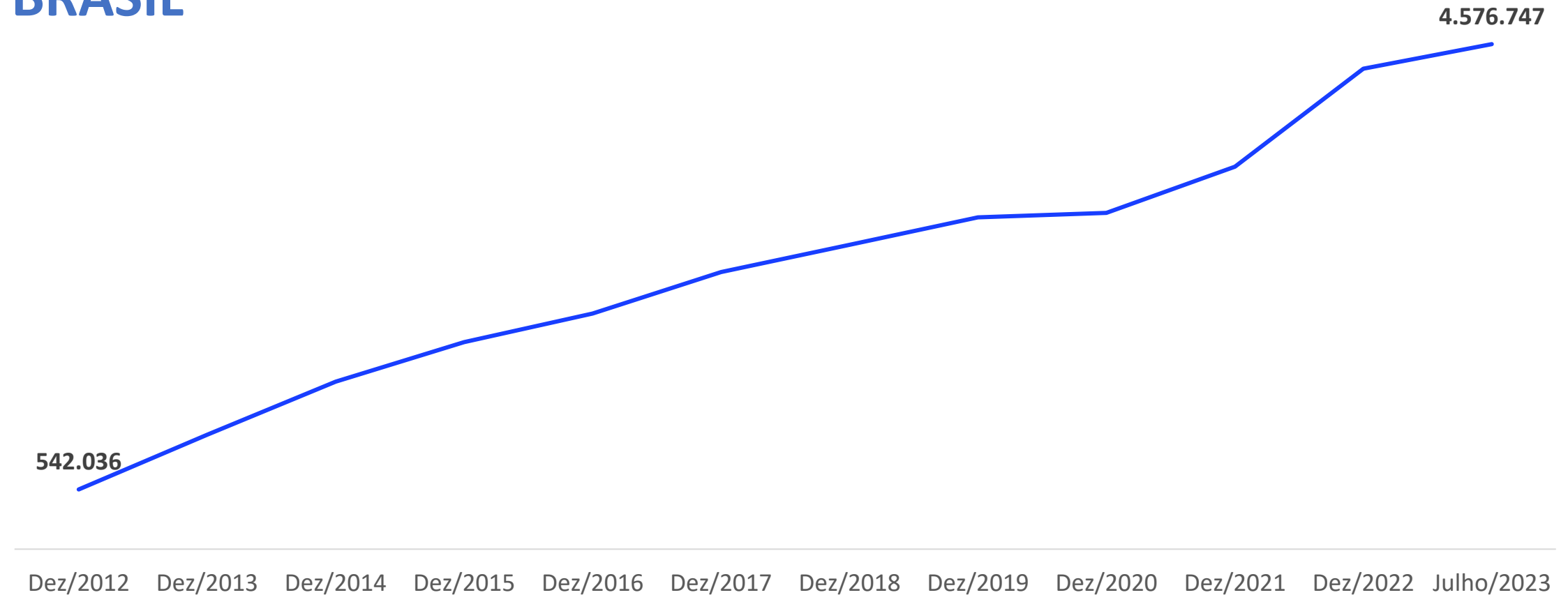
Inclusão de famílias,
principalmente as mais
vulneráveis e GPTE



Atualização cadastral para a
correta identificação das famílias
GPTE

Evolução do total de famílias GPTE no Cadastro Único

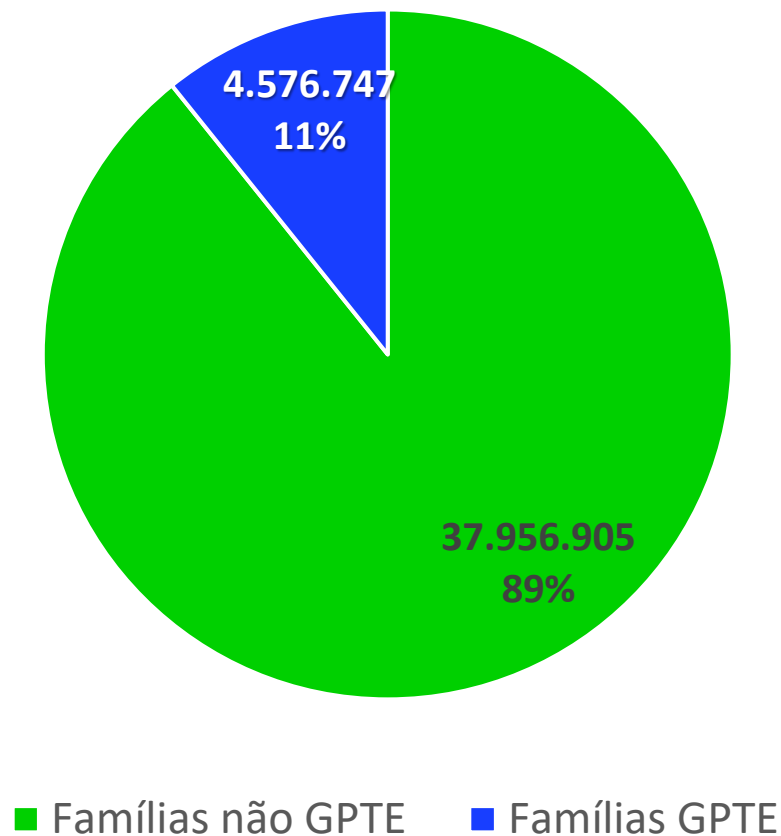
BRASIL



Fonte: Cadastro Único, julho/2023

GPTE no Cadastro Único - Brasil

BRASIL



Fonte: Cadastro Único, julho/2023

GPTE no Cadastro Único

BRASIL

Total de famílias GPTE	4.576.747
Agricultores familiares	2.640.749
Pescadores artesanais	421.905
Catadores de material reciclável	377.496
Quilombolas	303.575
Indígenas	250.281
Famílias de pessoas em situação...	214.366
Assentadas	208.452
Ribeirinhas	198.295
Extrativistas	64.048
Acampadas	54.760
Famílias de preso do sistema...	37.157
Ciganas	17.982
Atingidas por empreendimentos	16.591
Comunidades de terreiro	10.206
Beneficiárias do PNCF	4.978

Fonte: Cadastro Único, julho/2023

Onde são marcados os GPTE nos Formulários?

Formulário Principal

Indígenas – campos 3.01 a 3.04
Quilombolas – campos 3.06 a 3.08

Formulário Suplementar 1 (campo 2.07)

Ciganos
Extrativistas
Pescadores artesanais
Comunidade Terreiros
Ribeirinhos
Agricultores familiares

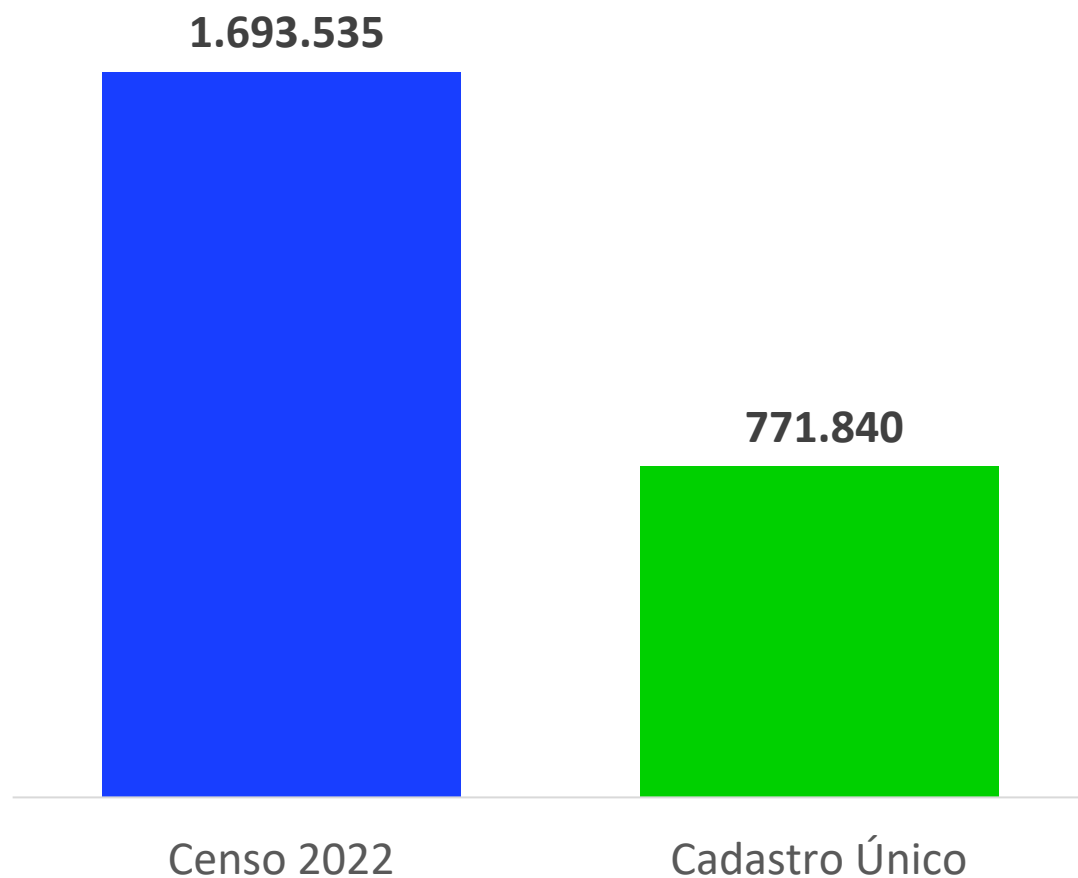
Assentados
Beneficiários do PNCF
Acampados
Atingidos por emp. de infra.
Presos do sist. carcerário
Catadores

Formulário Suplementar 2

Pessoas em situação de rua

Censo IBGE 2022 – População Indígena

Pessoas



45,6% do total de pessoas indígenas no Brasil está no Cadastro Único

Fonte: Censo IBGE 2022; Cadastro Único, julho/2023.

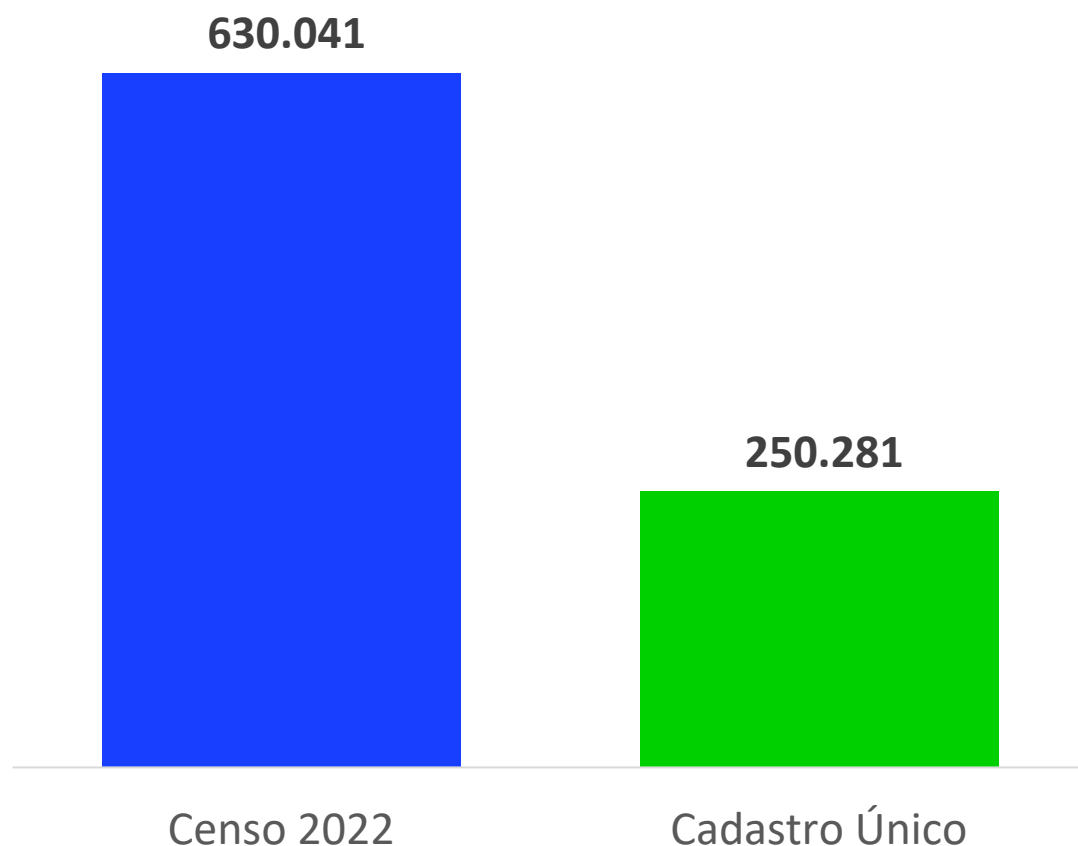
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Censo IBGE 2022 – População Indígena

Domicílios/Famílias



39,7% do total de domicílios indígenas no Brasil está no Cadastro Único

Fonte: Censo IBGE 2022; Cadastro Único, julho/2023.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

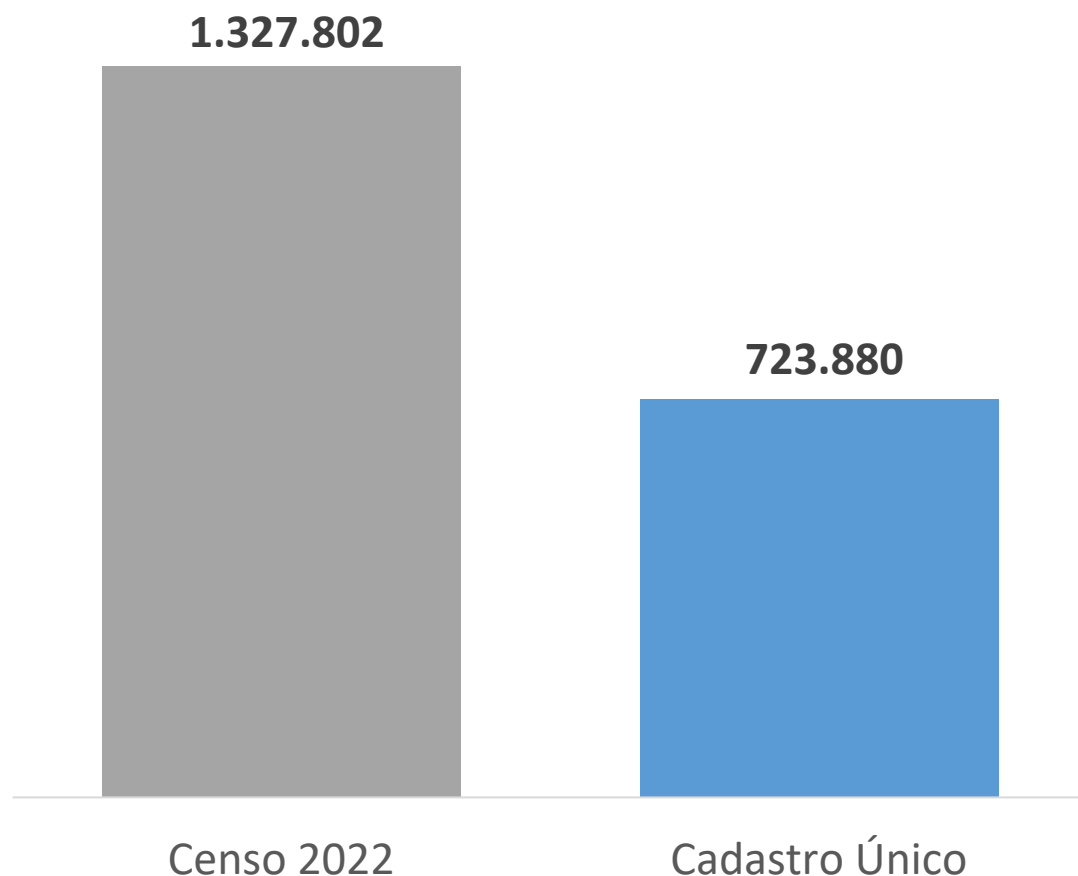
Cobertura Cadastral por UF: Indígenas*

UF	Cobertura cadastral	Estimativa de inclusão (domicílios)
Goiás	3,1%	12.408
Rio de Janeiro	3,6%	12.222
Sergipe	6,4%	2.968
Distrito Federal	6,9%	3.725
São Paulo	7,5%	32.174
Piauí	9,4%	3.248
Bahia	10,6%	108.276
Espírito Santo	14,2%	6.798
Rio Grande do Norte	17,9%	4.545
Minas Gerais	24,2%	14.010
Santa Catarina	35,3%	6.527
Rondônia	38,1%	4.639
Pará	38,9%	15.210
Ceará	39,8%	14.552
Alagoas	41,7%	6.425
Paraná	44,6%	7.524
Paraíba	50,5%	6.022
Amazonas	51,1%	64.968
Maranhão	58,0%	7.372
Pernambuco	58,8%	17.485
Rio Grande do Sul	61,3%	5.734
Mato Grosso do Sul	64,4%	14.682
Tocantins	65,1%	2.012
Acre	79,0%	1.639
Mato Grosso	83,2%	2.365
Roraima	90,0%	2.298
Amapá	102,3%	-

*Dados preliminares a partir dos dados do Censo divulgados até o momento. Fonte: Cadastro Único, julho/2023; Censo IBGE 2022.

Censo IBGE 2022 – População Quilombola

Pessoas



54,5% do total de pessoas quilombolas no Brasil está no Cadastro Único

Fonte: Censo IBGE 2022; Cadastro Único, julho/2023.

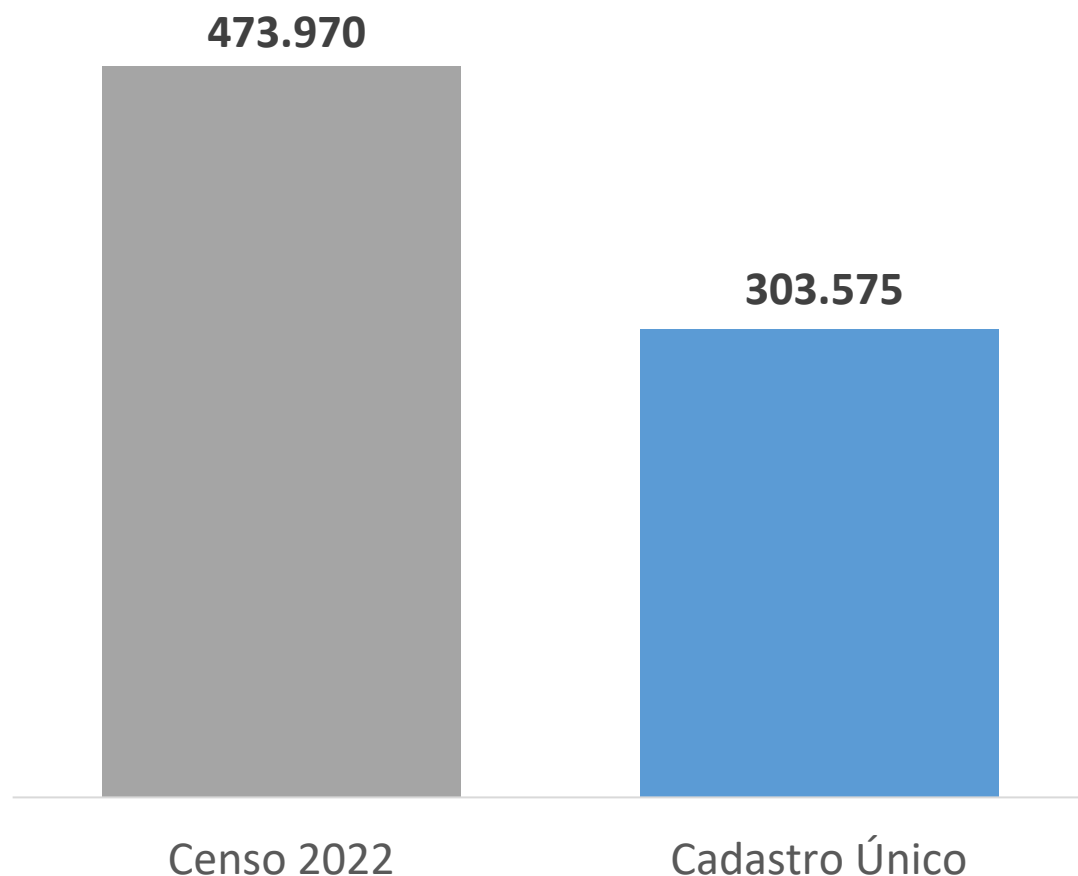
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Censo IBGE 2022 – População Quilombola

Domicílios/Famílias



64% do total de domicílios quilombolas no Brasil está no Cadastro Único

Fonte: Censo IBGE 2022; Cadastro Único, julho/2023.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Cobertura Cadastral por UF: Quilombolas

UF	Cobertura cadastral	Estimativa de inclusão (domicílios)
Rio de Janeiro	30,8%	5.556
Rondônia	37,3%	844
São Paulo	45,0%	2.542
Espírito Santo	47,8%	3.083
Minas Gerais	49,2%	25.236
Bahia	50,8%	73.504
Rio Grande do Norte	52,8%	3.953
Mato Grosso	53,6%	2.175
Sergipe	60,0%	4.042
Pará	60,7%	16.793
Tocantins	64,6%	1.676
Santa Catarina	66,0%	564
Paraíba	68,0%	1.963
Alagoas	72,0%	3.608
Ceará	73,0%	2.265
Amapá	75,8%	955
Piauí	77,3%	2.397
Paraná	78,4%	570
Pernambuco	79,8%	5.870
Rio Grande do Sul	87,2%	922
Maranhão	87,6%	10.862
Goiás	89,6%	1.287
Mato Grosso do Sul	94,7%	56
Amazonas	135,8%	-
Distrito Federal	157,3%	-
Acre	-	-
Roraima	-	-

*Dados preliminares a partir dos dados do Censo divulgados até o momento. Fonte: Cadastro Único, julho/2023; Censo IBGE 2022.

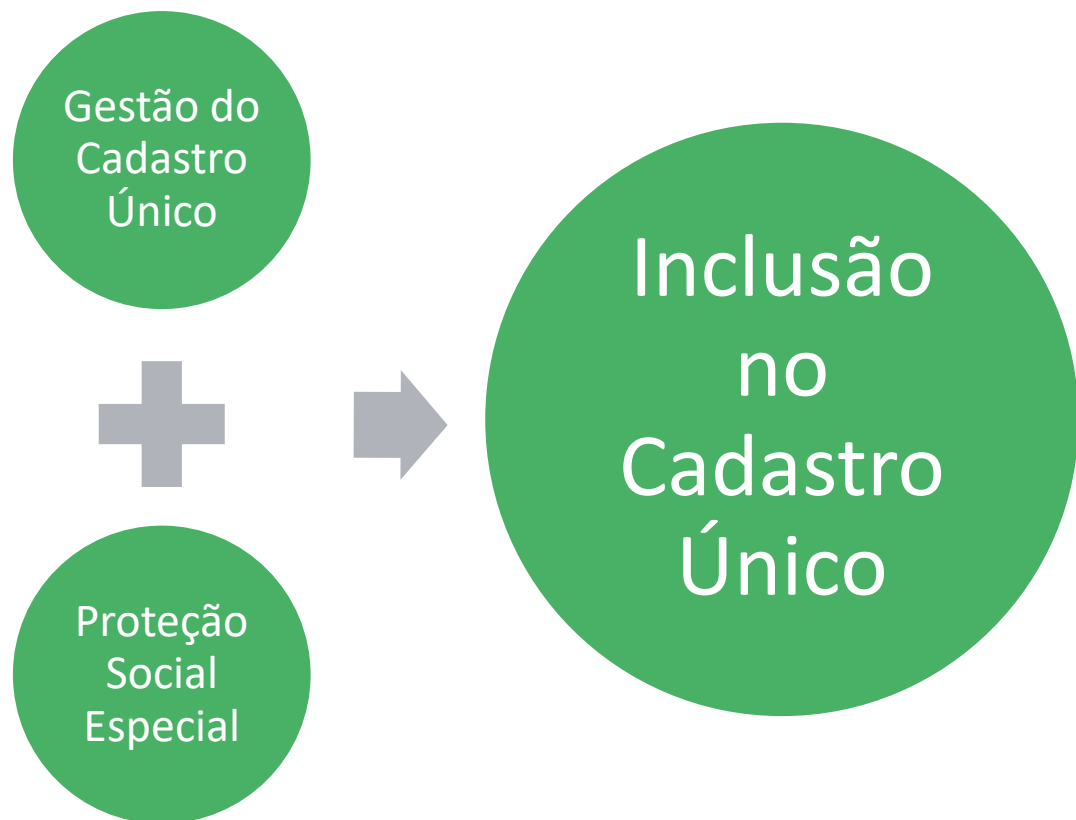
Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único

“família em situação de rua: aquela que, vivendo na extrema pobreza, utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória, conforme definido no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009”

Portaria 810/2022, art. 2º, inciso VII

**Pessoas em situação de rua podem, eventualmente, utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, o que não elimina a sua condição de vulnerabilidade*

Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua



- ▶ Postos de cadastramento específicos
- ▶ Profissionais da PSE devem ser orientados a respeito do Cadastro Único
- ▶ Utiliza-se o endereço da unidade de assistência social

Trabalho infantil para o Cadastro Único

Trabalho Infantil

- *“atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos”*

Também é considerado trabalho infantil:

- Mendicância;
- Exercício de atividades para terceiros em troca de alimentos, vestuário etc;
- Ocupação não remunerada na produção de bens e serviços;
- Ajuda a componente do domicílio que trabalhe por conta própria, ou seja, empregado.



Orientações gerais sobre o cadastramento de famílias com trabalho infantil

BLOCO 10

Marcação livre para o município

- Este bloco não é perguntado diretamente para a família;
- Ele pode ser preenchido sempre que houver ocorrência ou superação de trabalho infantil;
- É vedado o registro da situação, superação ou inexistência sem a realização de **entrevista** com a família; e
- Ele deve ser marcado considerando-se a resposta dada pela família no **Bloco 8 – Trabalho e renda** (em relação às pessoas com idade entre 14 e 16 anos).

ATENÇÃO: Para ajudar a identificar as famílias com trabalho infantil, é fundamental um **olhar atento da/o entrevistador/a ou assistente social**. Quando houver suspeita da existência de trabalho infantil, procure, de maneira discreta, averiguar melhor a situação. Se não for possível ter certeza, faça a marcação no cadastro da família e uma observação recomendando ao gestor uma visita domiciliar por um(a) assistente social para averiguações mais precisas.



Busca Ativa de Pessoas com Deficiência & Pessoas Idosas

- ▶ Fundamental articulação com a:
 - **Proteção Social Básica** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
 - **Proteção Social Especial** – serviços de acolhimento institucional, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).
- ▶ Público destinatário do Benefício de Prestação Continuada (**BPC**).
 - Instrução Operacional Conjunta SNAS/SECAD nº 1/2022.

Cadastramento de imigrantes

- O Cadastro Único **não** possui restrição para cadastramento de estrangeiros residentes no Brasil.

Requisitos:

- **Responsável Familiar (RF) deve apresentar necessariamente o CPF, documento de identificação com foto e comprovante ou declaração de residência.**
- Para os demais membros da família, pelo menos um dos seguintes documentos:

CPF

RG - inclusive *Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM)* ou *Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE)* ou *Protocolos de emissão*

Ver [Informe Cadastro Único nº 20](#)

Certidões de
nascimento e
casamento

Carteira de
Trabalho

PROCAD-SUAS 2023: como acessar as informações

1) VisData

- <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/>
- Pesquisar o termo "Procad"

2) RI Social

- <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#cadastrounico>

3) Portal Bolsa Família e Cadastro Único no seu município

- <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/>

4) Portal da Rede Suas

- [https://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.jsf?b=*dpotvmubsQbsdfmbtQbhbtNC&ev
ent=*fyjcjs](https://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.jsf?b=*dpotvmubsQbsdfmbtQbhbtNC&ev
ent=*fyjcjs)

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PROCAD-SUAS 2023: Portal Rede SUAS

[Página Inicial](#) > [Relatórios](#) > [Financeiro](#) > [Parcelas Pagas](#)

PARCELAS PAGAS

Ano *:	<input type="text" value="2023"/>	Piso :	<input type="text" value="-- Seleccione --"/>
UF *:	<input type="text" value="-- Seleccione --"/>	Agrupamento:	<input type="text" value="Grupo"/>
Esfera Administrativa:	<input type="text" value="MUNICIPAL"/>	Canal:	<input type="text" value="-- Seleccione --"/>
Município *:	<input type="text" value="-- Seleccione --"/>	Referência:	<input type="text" value="Ordem Bancária"/>
Tipo De Execução:	<input type="text" value="-- Seleccione --"/>	Período:	<input type="text" value=""/>  à <input type="text" value=""/> 
<input type="button" value="Pesquisar"/> <input type="button" value="Voltar"/>			

 [ACESSAR AREA RESTRITA](#) - Sr. Gestor, clique aqui para acessar a area restrita do sistema SUASWEB



PROCAD-SUAS 2023: Portal Rede SUAS

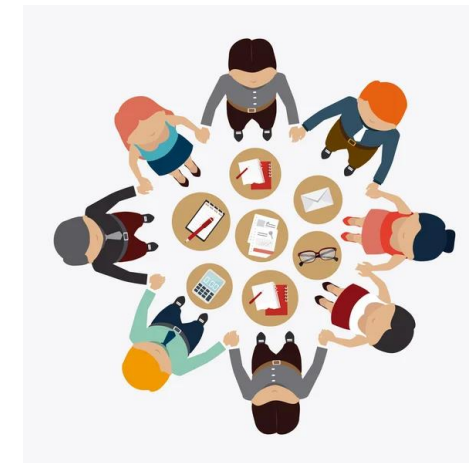
Grupo/Piso							Total Bruto	Total Desconto	Total Bloqueio	Total Líquido
Programas							135.334,78	0,00	0,00	135.334,78
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS							135.334,78	0,00	0,00	135.334,78
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO ESTADUAL	01.244.103/0001-80	03/2023	ESTADUAL	30/03/2023	801433	035505/000000097292	135.334,78	0,00	0,00	135.334,78
Bloco da Gestão do Programa Auxílio Brasil							23.942,91	0,00	0,00	23.942,91
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL							23.942,91	0,00	0,00	23.942,91
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO ESTADUAL	01.244.103/0001-80	11/2022	ESTADUAL	16/02/2023	800350	035505/000000093487	16.916,59	0,00	0,00	16.916,59
FUNDO ESTADUAL	01.244.103/0001-80	12/2022	ESTADUAL	02/03/2023	800885	035505/000000093487	7.026,32	0,00	0,00	7.026,32
Total Geral-Grupo							159.277,69	0,00	0,00	159.277,69

Grupo/Piso							Total Bruto	Total Desconto	Total Bloqueio	Total Líquido
Programas							66.291,76	0,00	0,00	66.291,76
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS							51.945,76	0,00	0,00	51.945,76
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	03/2023	MUNICIPAL	30/03/2023	801435	041580/000000174759	51.945,76	0,00	0,00	51.945,76
COMPONENTE - PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS							14.346,00	0,00	0,00	14.346,00
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	11/2022	MUNICIPAL	13/03/2023	800951	041580/000000135506	6.933,00	0,00	0,00	6.933,00
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	11/2022	MUNICIPAL	13/03/2023	800957	041580/000000135506	315,00	0,00	0,00	315,00
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	01/2023	MUNICIPAL	22/03/2023	801014	041580/000000135506	7.098,00	0,00	0,00	7.098,00
Bloco da Proteção Social Básica							34.481,82	0,00	0,00	34.481,82
COMPONENTE - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS							15.481,01	0,00	0,00	15.481,01
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	12/2022	MUNICIPAL	16/02/2023	800392	041580/000000129880	2.813,01	0,00	0,00	2.813,01
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	01/2023	MUNICIPAL	22/02/2023	800534	041580/000000129880	6.334,00	0,00	0,00	6.334,00
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	02/2023	MUNICIPAL	23/03/2023	801104	041580/000000129880	6.334,00	0,00	0,00	6.334,00
COMPONENTE - PISO BÁSICO VARIÁVEL III - EQUIPE VOLANTE							8.143,20	0,00	0,00	8.143,20
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	01/2023	MUNICIPAL	22/02/2023	800508	041580/000000129880	4.066,05	0,00	0,00	4.066,05
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	02/2023	MUNICIPAL	23/03/2023	801057	041580/000000129880	4.077,15	0,00	0,00	4.077,15
COMPONENTE - PISO BÁSICO FIXO							10.857,61	0,00	0,00	10.857,61
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	01/2023	MUNICIPAL	22/02/2023	800493	041580/000000129880	5.421,40	0,00	0,00	5.421,40
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	02/2023	MUNICIPAL	23/03/2023	801042	041580/000000129880	5.436,21	0,00	0,00	5.436,21
Bloco da Gestão do Programa Auxílio Brasil							12.147,31	0,00	0,00	12.147,31
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL							12.147,31	0,00	0,00	12.147,31
Prefeitura/ Governo/ Fundo	CNPJ	Parcela	Canal	Data da Ordem	Nó da Ordem	Agência/Conta	Valor Bruto	Valor Desconto	Valor Bloqueio	Valor Líquido
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	11/2022	MUNICIPAL	16/02/2023	800370	041580/000000165425	6.055,25	0,00	0,00	6.055,25
FUNDO MUNICIPAL	11.762.288/0001-58	12/2022	MUNICIPAL	02/03/2023	800909	041580/000000165425	6.092,06	0,00	0,00	6.092,06
Total Geral-Grupo							112.920,89	0,00	0,00	112.920,89



PROCAD-SUAS 2023: contratação de pessoal, bens e serviços

- Visa a fortalecer a capacidade de atendimento ao público nos equipamentos socioassistenciais ou postos de atendimento do Cadastro Único.
- A aquisição de equipamentos e materiais permanentes deverá observar a obrigatoriedade da vinculação entre a finalidade do recurso de origem e a utilização dos bens, respeitando os itens estabelecidos como “adequados” no anexo da Portaria SNAS nº 69, de 24 de junho de 2022.



PROCAD-SUAS 2023: o que pode fazer?

- Contratação de empresa Pessoa Jurídica para realização de serviço capacitações.
- Contratar entrevistadores sociais para realização de cadastramento e atualização cadastral.
- Pagar hora extra para equipe já existente, inclusive servidores efetivos;
- Pagamento de servidores remanejados para execução da atividade em tempo integral.
- Contratar entrevistadores e intérpretes indígenas, falantes das línguas indígenas locais, para atuar junto às equipes do Cadastro Único na comunicação com as famílias indígenas.
- Contratar intérpretes ou tradutores, caso haja demanda de atendimento de famílias imigrantes.
- Comprar materiais como computadores, impressoras, veículos, etc.
- Abastecer os meios de transporte para as ações de busca ativa.
- Aluguel de automóveis para facilitar a montagem de equipes volantes de cadastramento.
- Realizar eventos para mobilização de famílias que precisam atualizar seus cadastros.
- Outros gastos temporários; em conformidade com as finalidades do Programa.



PROCAD-SUAS 2023: o que **não** pode fazer?

- Aquisição de cestas básicas, urnas funerárias, enxovais e outros itens que configurem em benefício eventual (art. 22 da Lei nº 8.742/1993).
- Aquisição e distribuição aos beneficiários de órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas específicas da área de saúde, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso (art. 1º da Resolução CNAS nº 39, de 09 de dezembro de 2010).
- Construção ou ampliação em qualquer imóvel.
- Reformas que modifiquem a estrutura da edificação de qualquer imóvel.
- Obras públicas ou constituição de capital público ou privado
- Pagamento de vencimento de pessoal fixo, havendo a possibilidades apenas para o pagamento de horas extras.



PROCAD-SUAS 2023: alocação dos recursos no orçamento

- **Âmbito federal:** Programa de Trabalho 08.244.5031.219E - Ações de Proteção Social Básica.
- **Âmbito estadual, municipal e distrital:** as despesas deverão ser oneradas nas ações programáticas do Bloco da Proteção Social Básica (PSB), sem a necessidade de se criar uma ação programática específica, atendendo o objetivo e finalidade de fortalecer as ações de cadastramento, atualização cadastral, busca ativa, atendimento do cadastro em domicílio e outras atividades que integrem o Cadastro Único e as unidades públicas do SUAS, vinculando as despesas empenhadas no programa atividade dos serviços da PSB dos entes federados.



PROCAD-SUAS 2023: prestação de contas



- Por meio do Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro, conforme orientações da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (DEFNAS/SNAS), atendendo a legislação vigente para o exercício.
- Os documentos referentes às despesas do PROCAD-SUAS devem ser arquivados pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, preferencialmente pelo Fundo de Assistência Social, assim como relatórios de fiscalização in loco, quando houver, e as atas e resoluções do Conselho de Assistência Social (art. 7º e 20).
- Os Fundos de Assistência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal deverão manter relação de pagamentos atualizada, da qual conste todas as despesas realizadas. É importante o gestor verificar se a relação de pagamentos foi devidamente disponibilizada, para consulta pública, preferencialmente em meio eletrônico, em seu sítio oficial, conforme disciplina o §2º do art. 13.



PROCAD-SUAS 2023: reprogramação dos recursos

- Os recursos dos programas e projetos poderão ser **reprogramados para o exercício seguinte** para utilização no próprio Programa a que pertencem até o término de vigência, conforme o disposto no art. 32 da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015 .
- Se houver **saldo financeiro**, ao final do Programa, os recursos transferidos poderão ser reprogramados da seguinte forma:
 - ✓ **Municípios:** para as ações de proteção social básica.
 - ✓ **Estados:** ações de apoio técnico e capacitação destinado à qualificação permanente do Cadastro Único.



PROCAD-SUAS 2023: projetos executivos

- a) Tamanho da **demanda de atendimento** da quantidade de famílias inseridas na Ação de Qualificação Cadastral de 2023, em especial os registros unipessoais
- b) Diagnóstico de **público-alvo** da busca ativa.
- c) Definição de **ações, atividades, metas, prazos e recursos** necessários, com a devida distribuição de responsabilidades.
- d) Levantamento da **capacidade instalada** para execução do programa.
- e) Levantamento de **necessidades de aquisições, contratações ou capacitação**;
- f) Estabelecimento de estratégias de **envolvimento de outros órgãos parceiros, sociedade civil e governança participativa**.
- g) Medidas de **monitoramento, avaliação e prestação de contas** junto aos conselhos de assistência social.

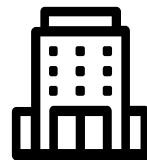


PROCAD-SUAS 2023: modelo projeto executivo

LEVANTAMENTO SITUACIONAL	Demanda de atendimento de famílias com cadastros unipessoais, projeção do público de busca ativa, capacidade instalada e a ser contratada. (itens “a”, “b”, “d” e “e” acima)					
AÇÕES (item “b”)	ATIVIDADES	METAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PARCERIAS
1.						
2.						
3.						
MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS (item g)						
1.						
2.						

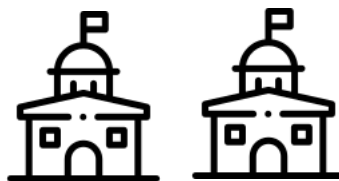


PROCAD-SUAS 2023



MDS/SAGICAD

Coordenação nacional, apoio técnico e financeiro para Busca Ativa e estruturação de equipes de atendimento, mobilização intersetorial, informações sobre públicos da Busca Ativa e qualificação dos dados do Cadastro Único.



Estados

Planejamento, coordenação, apoio técnico aos municípios para Busca Ativa e estruturação de equipes de atendimento, mobilização intersetorial, ações de divulgação e capacitação e prestação de contas.

Apoio à divulgação das orientações técnicas e dos materiais, mobilização, capacitação e monitoramento de ações e atividades.



Municípios e DF

Planejamento e diagnóstico socioterritorial, coordenação, elaboração de materiais complementares, mobilização intersetorial, execução da Busca Ativa, estruturação de equipes de atendimento e prestação de contas



PROCAD-SUAS 2023

CNAS:

- apoiar na divulgação dos materiais disponibilizados sobre o Programa;
- monitorar o desenvolvimento das ações e atividades do Programa em âmbito nacional;
- apoiar a União na disponibilização e divulgação orientações técnicas para a gestão, para a implementação, desenvolvimento de ações e de monitoramento do Programa; e
- receber, apreciar e aprovar o relatório semestral dos dados qualitativos e quantitativos e execução financeira e orçamentária pela União.



Conselhos de Assistência Social estaduais, municipais e do Distrito Federal:

- apoiar na divulgação dos materiais disponibilizados pelos estados, municípios e Distrito Federal sobre o Programa;
- apoiar as ações de mobilização intersetorial realizadas pelos estados, municípios e Distrito Federal para a efetivação do Programa;
- participar das ações de mobilização, capacitação e apoio técnico relativas ao Programa desenvolvidas pelos estados, municípios e Distrito Federal, assegurando a participação de profissionais;
- monitorar o desenvolvimento das ações e atividades do Programa no respectivo âmbito estadual, municipal ou distrital;
- apoiar os respectivos estados, municípios ou Distrito Federal na disponibilização e divulgação de orientações técnicas para a gestão, implementação, desenvolvimento de ações e de monitoramento do Programa; e
- receber, apreciar e aprovar o relatório semestral dos dados qualitativos e quantitativos e execução financeira e orçamentária apresentados pelos respectivos estados, municípios e DF.

MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO